

ATA N.º 17 – 2017/2021

Sessão Ordinária de junho

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, no edifício da Junta de Freguesia de Alquerubim, sito no Largo Dr. José Pereira Lemos – Fontes, com início pelas 21 horas e 10 minutos, reuniu, em Sessão Ordinária de junho, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, presidida pelo seu Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, secretariado pela 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino e pelo 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia Municipal**: Paulo André Silva e Silva, Luís Serafim Baptista da Silva, Cristina Margarida Rodrigues Sequeira, Arménio Henrique Oliveira Martins Silva, Ana Maria Fernandes Carvalho, António Augusto Mendes Lemos indigitado a substituir Nuno Filipe Sachse de Almeida Salgado, Herculano Miguel Pereira Caetano, Jorge Altino Pinho Melo, indigitado a substituir Ana Daniela Marques Santiago e Pedro Jorge Rebelo Tavares, do CDS-PP; José Manuel da Silva Alho, Rui Filipe Silva Marques Sousa, Lúcia Maria Azevedo Antão, João Paulo Lopes Branco, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira e Filomena Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD; Jesus Manuel Vidinha Tomás e Ludovina Correia da Silva, do PS. -----

As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro. -----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Jorge Manuel Lemos Silva, pela Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; António Oliveira Duarte, pela Junta de Freguesia de Alquerubim; Hélder António de Almeida Brandão, pela Junta de Freguesia de Angeja; José Carlos Estrela Coelho, pela Junta de Freguesia da Branca, Henrique Daniel Silva Caetano, pela Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, pela Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os Senhores Vereadores, Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, do CDS/PP; José Licínio Tavares Pimenta e Ana Margarida de Lemos Patrício, indigitado a substituir Nuno Miguel de Abreu Pereira da Silva, do PPD/PSD. -----

Substituições: -----

Pediram substituição na presente sessão os seguintes Membros Municipais: Nuno Filipe Sachse de Almeida Salgado, Ana Daniela Marques Santiago e Carla Cristina Caetano Castro, do CDS-PP. -----

Faltou justificadamente o Membro Municipal Rui Manuel Pereira Marques do CDS-PP. -----

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, conforme o Edital n.º 31/17-21, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve: -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público; -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação das atas das Sessões Extraordinárias realizadas em 27.03.2019 e 25.04.2019 e das atas da Sessão Ordinária de abril, realizada em 26.04.2019 e 30.04.2019; -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais -2019 e 2020 e aprovação da deliberação em minuta, para efeitos da sua imediata executoriedade, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Ponto 4 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2018; -----

Ponto 5 – Apreciação e votação do reconhecimento de interesse da intervenção, valorização e dinamização da Pateira de Frossos para o turismo sustentável – Apresentação de Candidatura ao Aviso de Abertura n.º 002/AVEIRONORTE/10216/2019 – Renovação de Aldeias; -----

Ponto 6 – Apreciação e votação da autorização prévia da Assembleia Municipal para celebração de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso): Aquisição de Energia em Média Tensão, Baixa Tensão Especial, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Normal – IP, gás natural, Prestação de serviços de limpeza em várias instalações e Fornecimento de refeições escolares para os alunos do Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico; -----

Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta de realização da Sessão Ordinária de setembro de 2019 na Freguesia de Angeja; -----

Ponto 8 – Apreciação da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; -----

Ponto 9 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata executoriedade, dos pontos 4 a 7 do Edital n.º 31/17-21, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

F – 2º Período da Intervenção aberta ao Público. -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa; -----

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: -----

Da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento – Envio das fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 008 a 011/2019; -----

Da Comissão Municipal de Proteção Civil – Envio de convocatória para reunião; -----

Da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PALM – Envio de Certificação Legal das Contas e o relatório e o parecer do auditor externo – relativos ao relatório de gestão e demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31.12.2018; -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

José Alho – PPD/PSD – Apresentou dois Voto de Louvor, ao Grupo Recreativo e Cultural de Telhadela, pela sua promoção ao Campeonato Grande Hotel Luso e à equipa feminina sub-15 e equipa técnica do Clube de Albergaria pela conquista do Campeonato Distrital, os quais ficam anexos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo I, Fls. 1; Anexo II, Fls. 1). Apresentou depois um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João André Martins de Castro, ocorrido no passado dia 28.05.2019, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo III, Fls. 1), apresentando sentidas condolências à família enlutada. -----

Jesus Vidinha – PS – Apresentou um Voto de Louvor, ao Grupo Recreativo e Cultural de Telhadela, pela sua promoção à 1ª divisão distrital, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo IV, Fls. 1). Informou que o mérito do Clube Recreativo de Telhadela deve-se também ao facto de lutar por vencer as barreiras associadas à interioridade geográfica. Informou que o Grupo Municipal do PS se associa aos votos apresentados pelo PSD. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Apresentou um Voto de Louvor, ao Grupo Recreativo e Cultural de Telhadela e ao Sport Clube de Alba pela sua subida à 1.ª divisão distrital, e ao Clube de Albergaria, pela conquista da Super Taça Distrital, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo V, Fls. 1). Apresentou depois um Voto de Louvor à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albergaria-a-Velha, pelo seu 18.º aniversário e pelo meritório trabalho desenvolvido na área da proteção dos direitos das crianças e jovens em risco o qual fica igualmente anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VI, Fls. 1). Informou que o Grupo Municipal do CDS-PP subscreve os Votos apresentados. -----

José Alho – PPD/PSD – Informou que o Grupo Municipal do PPD/PSD subscreve os Votos apresentados. -----

Jesus Vidinha – PS – Informou que o Grupo Municipal do PS associa-se aos Votos apresentados. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que os quatro Votos de Louvor e o Voto de Pesar apresentados foram subscritos por todos os Grupos Municipais, declarou os mesmos aprovados, por unanimidade. -----

C – 1.º Período da Intervenção aberto ao Público; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o primeiro Período de Intervenção aberto ao Público, informando haver duas inscrições, dando a palavra à cidadã Maria Adélia Duarte Amaral. -----

Maria Adélia Duarte Amaral – Usou da palavra, informando haver um caminho em Alquerubim que, não sendo uma rua principal, dá acesso a uma exploração pecuária. É uma rua estreita, situada em zona íngreme, na qual circulam camiões de grande porte, que efetuam transporte de matérias-primas da exploração pecuária e de recolha do leite. O caminho está degradado e em estado lastimável. O motorista já alertou da possível recusa do serviço de transporte de recolha do leite, devido ao perigo de circulação naquela via. Informou que o problema foi exposto a várias entidades, pedindo a colaboração da Câmara Municipal, esperando que a intervenção a efetuar naquele caminho não ocorra tarde de mais. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que o assunto está a ser estudado, pensando-se construir um paredão na parte de cima, em alternativa à parte de baixo. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao cidadão Henrique Mendes Bernardino. -----

Henrique Mendes Bernardino – Usou da palavra, informando haver uma pessoa proprietária de terreno com plantação de salgueiros que ocupa, para além da valeta, mais de um metro do terreno vizinho, negando-se a retirar as estacas. Informou que quando chove, as águas pluviais espalham-se pela via, com prejuízos para os que nela circulam, pedindo a atuação da Câmara Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que o assunto está a ser tratado, tendo sido analisado pelos serviços de fiscalização, que elaborou o relatório sobre a matéria. Esclareceu ainda que a autarquia já procedeu à notificação da proprietária, encontrando-se o processo em análise pelo serviço jurídico da autarquia. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia, solicitando que fossem feitas as inscrições para intervenção neste período. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, questionando, em relação aos lixos existentes na floresta, e tendo já o Município um serviço de marcação telefónica para a recolha de “monos”, se o mesmo estará a funcionar de modo eficaz. Referiu que continua a ver “monos”, mais propriamente eletrodomésticos, louças sanitárias, colchões, sofás, e, em alguns casos, entulho em zonas periféricas do nosso território. Tal facto leva-o a presumir que muitas destas situações não serão só provocadas pelos nossos municípios, mas também por cidadãos de concelhos vizinhos. Acrescentou que tal facto não pode impedir que se continue a ignorar esse problema, reduzindo-se a questão à falta de civismo. Disse ainda entender que o problema terá de ser resolvido de forma concertada, para que se garanta a limpeza e preservação do nosso património natural. Ainda sobre o serviço de recolha de “monos”, referiu que, sendo feito por marcação telefónica, a recolha é sempre feita com atrasos, pois implica acumular vários pedidos, de forma a que se torne rentável a passagem de viaturas por vários pontos das nossas freguesias. Em face desta realidade, apresentou a sugestão de serem determinados dias e locais específicos para cada tipo de recolhas, em cada freguesia, como por exemplo, uma vez por mês, à semelhança do que são as melhores práticas em muitos países da União Europeia, sublinhando que desta forma as pessoas não poderiam dar a desculpa de que não lhes dá jeito, uma vez que já levam esses entulhos e esses lixos para a mata, com consequências ambientais danosas. Alertou para o facto de, pelos tipos de resíduos depositados, parece evidente que resultarão sobretudo de oficinas auto, construção civil, e casas particulares, sendo possível que em muitos destes casos se trata de indivíduos que trabalham de forma clandestina. Finalizou a questão apresentada, exortando o executivo a tomar mais e melhor atenção para se resolver este flagelo de forma genuinamente eficaz. Questionou também qual a estratégia para a mobilidade ciclável do nosso concelho, incluindo ligações a concelhos

vizinhos. Quanto ao projeto Patrulheiros, recordou ser um dos três pilares da MOBA, questionando que resultados já existem que permitam uma avaliação credível e fiável da sua implementação. Recordou também que este projeto tem quase dois anos em que foram distribuídas bicicletas, mas que de patrulhas se vê muito pouco, questionando se terá sido mais um expediente de “show off” para propaganda externa. Questionou, uma vez que existem projetos nas escolas que incentivam as crianças a andar de bicicleta, porque razão a Câmara não se compromete a tornar o nosso território mais seguro para quem circula de bicicleta, à semelhança do que existe, por exemplo, no concelho da Murtosa. Lançou o desafio para que seja comemorado o dia europeu sem carros, na cidade de Albergaria, questionando o Senhor Presidente da Câmara se faltará coragem política para serem cortadas as ruas do centro, por um dia, ao trânsito automóvel, e para quando iremos ver autocarros elétricos no município. Em relação a estes, refere que os que vemos são velhos e muito poluentes, e, não sendo competência exclusiva da edilidade, importaria sinalizar com estímulos esta matéria. Questionou também o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a razão porque continuam a faltar passeios para as pessoas caminharem em segurança nos centros urbanos de todas as nossas freguesias, porque se tem cortado tantas árvores no concelho e plantadas tão poucas e porque são feitas podas sem critério, questionando a formação dos responsáveis por essas tarefas, referindo não existirem espaços verdes aonde são mais precisos, isto é, junto das zonas de maior concentração populacional. Referiu que os espaços verdes, como o PPD/PSD já havia demonstrado na proposta do Parque da Cidade, que foi chumbada, não podem continuar a ser vistos como um encargo, mas sim como um investimento geracional e ambiental, que beneficiará sempre a qualidade de vida das pessoas e a qualidade do espaço público. Conclui a sua intervenção dizendo que é tempo de mudar de paradigma, uma vez que as questões ambientais são um dos maiores desafios políticos que a humanidade contemporânea enfrenta, à escala mundial. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, informando que se encontra por reparar o painel eletrónico no pavilhão de Alquerubim. Ainda em relação a esse pavilhão, alertou haver necessidade de ser realizada uma intervenção no seu perímetro, designadamente na zona do estacionamento, através da substituição do asfalto betuminoso por tapete. Informou também que o facto de o pavilhão ter uma envolvente de areia contribui para a deterioração do seu piso, afirmando ser uma promessa do CDS e da Junta de Freguesia que deverá ser resolvida. Continuando, questionou como se encontra a execução dos passeios em Calvães, atividade que se encontra elencada nas Grandes Opções do Plano para 2019, referindo ter dificuldades em saber qual o local onde essa obra estará a ser feita. Questionou também o estado de reabilitação da escola velha, assunto que já vem dos anteriores mandatos, considerando que se trata de um património da Freguesia e do Concelho, ao qual deve ser dado um fim útil para a comunidade e que, pela sua arquitetura, mereceria uma obra de reabilitação. Continuando, referiu a importância do prometido plano de ordenamento e requalificação da Quinta das Laranjeiras, em Alquerubim, adquirida no tempo do Dr. Rui Marques, porque Alquerubim é caracterizada pela ausência de uma centralidade afirmada no plano urbano, podendo a intervenção nesse local ser a oportunidade para reforçar a centralidade da Freguesia, com a eventual oferta de habitação a custos controlados por parte da Câmara Municipal para as necessidades de habitação que possam existir, não só na Freguesia, mas também no Concelho, e eventualmente também, a construção de um espaço verde. Quanto aos resíduos sólidos urbanos, afirmou tratar-se de uma

questão transversal a todas as Freguesias, observando-se contentores a transbordar de lixo, o qual é inclusivamente colocado no chão. Trata-se também de um problema de saúde pública e de qualidade ambiental, que está relacionado com os contratos que estão estabelecidos para esse fim. Referiu também que os ecopontos já apresentam um grande grau de deterioração e falta de higienização, desincentivando qualquer pessoa a neles depositar o lixo. Ainda neste âmbito, recordou que, desde 2013, a quantidade de resíduos sólidos recolhidos no Concelho e que não são valorizados têm vindo a aumentar, não existindo uma valorização dos resíduos sólidos no sentido de serem reutilizados e reciclados, de encontro a uma economia circular, referindo a importância da sensibilização da população através de ações pedagógicas que passam pela separação e reciclagem do seu lixo. Alertou ainda, considerando que a autarquia se encontra num processo de abertura de procedimento concursal para a recolha de resíduos que envolve vários Municípios, que este tipo de contratos pode criar algumas dificuldades, porque a empresa pode prestar um bom serviço num dos Municípios e não em outro, pelo que entende que qualquer contrato que no futuro venha a ser feito, que envolva vários Municípios no âmbito da CIRA, deve salvaguardar a possibilidade de um determinado Município poder denunciar o contrato individualmente, sem que todos os outros tenham que o fazer. No que respeita ao Festival do Pão e da sua transmissão televisiva, solicitou esclarecimentos relativamente ao custo / benefício que se retira desse evento após o investimento feito pela Câmara Municipal, entendendo que tal transmissão oferece uma visibilidade nacional mas de muito curta duração, verificando-se também pouca promoção dos produtos do concelho e promoção de produtos de outros concelhos, exemplificando com o pão de Ílhavo, o qual foi promovido pelo Presidente da respetiva junta de Freguesia e com o Leitão da Bairrada, não se verificando igual promoção de produtos como o pão do Fontão, que não tinha qualquer expositor no Festival. Concluiu que assim se demonstra que a emissão televisiva do referido festival assume um conceito de “barriga de aluguer”, em que o Município investe num festival e na emissão televisiva do mesmo, e depois os produtos que são promovidos são de Municípios vizinhos, restando apenas dois momentos de promoção de produtos do concelho, que foram o leitão de Angeja e os Moinhos de Vilarinho de São Roque, questionando qual o retorno financeiro que a RTP teve com esse investimento. Recordou que no primeiro semestre deste ano foram despendidos, em serviços recreativos, cerca de 125.050€, e em empreitadas e obras foram investidos 150.249,66€, de acordo com os contratos estabelecidos até ao momento, entendendo tratar-se de um investimento muito avultado, que deveria ter um retorno equivalente, o que parece não acontecer, não se traduzindo no desenvolvimento da oferta de produtos do Concelho. Enalteceu ter havido um elogio à Pateira de Frossos, recordando no entanto que os caminhos da BioRia se encontram em estado de degradação desde que foram entregues à Câmara Municipal. Tratando-se de caminhos que exigem uma manutenção regular devido ao fenómeno das cheias, por forma a serem valorizados e utilizados, alertou para a necessidade de investimento nesta manutenção por parte da autarquia. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Em relação à questão da limpeza urbana, referiu que a mesma merece toda a atenção por parte do executivo e por parte de todos os autarcas, constatando serem inúmeras as ruas em que os passeios, árvores e canteiros se encontram repletos de ervas; copas das árvores completamente em cima dos passeios; zonas habitadas, ou não, em que há ramos a invadir os passeios, nomeando a Avenida D. Afonso Henriques, Rua Eng. Duarte Pacheco, Rua da Santa Cruz, Rua Marquês de Pombal, Rua Dr. Jaime Ferreira, Rua da Samouqueira, Rua da Carvoeira, Rua das

Cruzes, Rua das Cavadas, Rua do Reguinho e Rua do Agro, as quais, pese embora não se encontrem no centro da Cidade, também devem ser alvo de manutenção, solicitando ao executivo que promova a referida manutenção. Lembrou também a transversal que faz a ligação da Av. D. Afonso Henriques ao IC2, e a Rua do Reguinho com a Rua 1º de Dezembro, nas duas rotundas que foram construídas, nas quais os passeios também estão cobertos de ervas, assim como na zona da Rua de Santo António, Rua Mártires da Liberdade, Largo 1º Dezembro e Rua do Hospital, que sendo zona de passagem do Caminho de Santiago, deverá oferecer condições de segurança aos peões, merecendo uma intervenção profunda. Concluiu questionando se está prevista para breve alguma intervenção na avenida onde se encontra a estátua da Rainha D. Teresa, a qual se encontra por concluir há cerca de três anos. -----

Paulo Silva – CDS/PP – Usou da palavra louvando as sugestões colocadas pelo PPD/PSD, como contributos na promoção de novas iniciativas por parte do executivo. Alertou contudo para o elencar de iniciativas na área do ambiente, que deram a entender que o Município nada tinha feito nessa área, esclarecendo que o Município de Albergaria-a-Velha, designadamente este executivo, sempre teve essa preocupação em primeira linha, levando a cabo uma política de ambiente, designadamente naquilo que tem a ver com a qualidade de vida das pessoas, aproveitando um bem dos albergarienses que são as zonas verdes, através de caminhos cicláveis, pedestres, e outros. Acrescentou exemplos como a iniciativa “Albergaria em Flor”, que é uma ação de sensibilização clara, a preferência pela instalação de empresas de natureza não poluente, entre outras. Concluiu dizendo que são alguns exemplos de ações trazidas por este executivo que indicam intenção de ter uma governação autárquica mais ligada ao ambiente. -----

Vereador Delfim Bismarck – Tendo-lhe sido concedido o uso da palavra pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, informou o Membro Municipal Rui Sousa em relação à Avenida D. Teresa, esclarecendo que a Câmara Municipal optou por não executar de imediato os passeios uma vez que, ao serem construídas habitações ou prédios nos lotes contíguos, seria necessário destruir os mesmos, uma vez que teriam de ser feitas as ligações dos ramais de água, eletricidade, gás e saneamento, o que acarretaria custos acrescidos para o Município. Acrescentou que, até ao momento, já entraram dois projetos de arquitetura para construções no local, e portanto o normal é que, ao avançarem as construções, se façam as ligações ao coletor principal, e de seguida a construção dos passeios. Informou também que a iluminação já se encontra concluída e terá agora que se aguardar que a iniciativa privada faça o que lhe compete. No que respeita ao Festival do Pão, esclareceu o Membro Municipal Jesus Vidinha que no Fontão existem duas padarias artesanais e que os seus proprietários não colocaram qualquer expositor, por razões ou impedimentos que a eles dizem respeito, até porque esse pão não é o único pão artesanal do Concelho de Albergaria-a-Velha, existindo também em Albergaria-a-Nova. E em relação a este último, refere que esteve presente no Festival, assim como padeiros de Soutelo e da Branca, que foram dinamizar a sua marca. Continuou lembrando que a Junta de Freguesia de Ílhavo faz um bom aproveitamento comercial do seu nome e das padeiras de Ílhavo e do Pão do Vale de Ílhavo, referindo não ser no entanto a Junta de Freguesia que efetivamente a promove, mas sim uma Associação. Referiu que o evento ainda está no seu início, indo na quinta edição e que neste ano já houve mais interesse de participação por parte de mais Juntas de Freguesias e Câmaras Municipais, perspetivando-se o seu crescimento. Relativamente aos

produtores locais, muitos aproveitam e outros não, por diversas razões. Em relação ao custo / benefício do evento, e ao contrário do que muita gente julga, esclarece que o custo com a transmissão na RTP é reduzido, sendo o único programa dos ditos generalistas que passam o seu programa televisivo à tarde, ou no dia inteiro, e que promove as gentes locais, não cobrando um custo elevado. Continuou, dizendo que este ano, além das questões logísticas que a Câmara teve que preparar, suportou o pagamento de estadias e refeições, que representaram um encargo financeiro de poucos milhares de euros, com os quais se obteve uma projeção do Concelho a nível nacional e internacional, de milhões de euros de retorno, que em televisão é quantificado ao minuto. Referiu que os albergarienses espalhados pelo país e pelo mundo ficam satisfeitos com imagem positiva da sua terra, falando-se de coisas boas, e deixando de parte as notícias de incêndios e outras de cariz mais negativo. Afirmou verem-se os aspetos positivos e imagens bonitas do nosso Concelho, que atraem moradores, empresas, visitantes, gerando movimento económico em determinadas áreas. Por tudo o exposto, afirmou continuar a julgar que o Festival do Pão é uma boa marca de Albergaria-a-Velha, que começa a ser conhecida por isso. Em relação à questão das vias cicláveis, informou que Albergaria-a-Velha integra o projeto da Grande Rota da Ria de Aveiro, contendo três anéis, passando todos pelo Município de Albergaria-a-Velha, e os restantes pelos outros municípios da região, ligando assim este projeto à rede europeia de vias cicláveis. Esclareceu tratar-se de um projeto da CIRA, no qual Albergaria-a-Velha está inserido, o qual se encontra já na sua fase final e que trará um investimento muito bom para o Concelho devido à sua localização, e terá três anéis de passagem dessas vias cicláveis. Concluiu dizendo que logo que o mesmo esteja aprovado, irá ser amplamente divulgado. Respondeu à questão do Membro Municipal José Alho sobre o Parque da Cidade, no sentido de corrigir uma afirmação que tem sido feita frequentemente, quer oralmente na Assembleia Municipal, quer na imprensa, acreditando que seja por desconhecimento, e que se prende com o facto de que a versão do PDM que o PPD/PSD tinha aprovado em 2013, contemplava o Parque da Cidade numa zona que se estendia desde a sede do Clube de Albergaria até à curva da Assilhó e para sul. Assim, esclareceu que aquele PDM não especificava qualquer espaço junto à Alba a incluir no Parque da Cidade, mas sim apenas como zona verde. Da mesma forma, na zona do Reguinho, contemplada uma zona verde. O respetivo projeto nunca foi aprovado pela Câmara Municipal, por algum motivo. E na zona de Assilhó atrás citada, fora autorizada a construção de moradias e de uma escola. Desta forma, o espaço que o PPD/PSD tinha em mente para Parque da Cidade ficou reduzido em um terço ou metade desse espaço. Sublinhou ainda que a proposta que foi chumbada na Assembleia Municipal não foi a criação de um Parque da Cidade, mas sim a admissibilidade de discussão de uma nova localização para esse Parque, lembrando que este executivo tem um PDM aprovado onde está localizado um Parque da Cidade, aguardando-se a abertura de uma candidatura e encontrando-se já em fase avançada de negociação a aquisição de terrenos para o efeito. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra informando que, em termos ambientais, o Município tem desenvolvido um trabalho muito sério e credível. Mencionou o facto de um conjunto de jovens universitários da Universidade de Aveiro terem fixado a Associação Bioliving em Frossos, neste Município. Este conjunto de professores e alunos universitários têm trabalhado praticamente a custo zero através de atividades por todo o Município, não só em associações como também em escolas e no terreno, como plantações em Alquerubim em conjunto com a Junta de Freguesia, em Albergaria-a

Velha e em Valmaior. Enalteceu essa mesma associação também por um estudo na Pateira de Frossos, no qual foram identificadas um conjunto de espécies, em locais onde irão ser construídos pontos de observação de aves. No que respeita à questão dos resíduos, esclareceu que a CIRA não tem nenhum projeto nem estudo feito sobre o tema. Informou que o Município de Albergaria-a-Velha foi um dos primeiros a efetuar a recolha porta a porta, que neste momento se encontra ainda circunscrita à sede do Município, contando com a adesão de aproximadamente 150 estabelecimentos comerciais. Este projeto iniciou-se em maio e nesse mês foram recolhidos 660kg de plástico, 640Kg de vidro, e 1740kg de outro tipo de embalagens. Referiu ainda que este será o início de uma mudança de mentalidades no sentido da recolha seletiva, existindo um acordo com a ERSUC, que durante seis meses suportará os encargos com as remunerações de dois colaboradores, cedendo uma viatura ao Município, que está a fazer essa recolha. Relativamente aos ecopontos, informou o Membro Municipal Jesus Vidinha, que a ERSUC lançou uma candidatura, a qual aguarda aprovação e que contempla a colocação de mais 15 ecopontos no Município, sendo certo que alguns terão de ser substituídos. Ainda neste âmbito, informou que o executivo lançou uma campanha com as Escolas, comerciantes e IPSS's, através da qual estes, pela recolha seletiva, conseguem angariar verbas. No que diz respeito às ciclovias, acrescentou ao que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente que existe um projeto com a Câmara de Águeda no sentido de haver continuidade da ciclovia de Albergaria / Valmaior para Sernada. Acrescentou que a Câmara tem como prioritária a ligação à Zona Industrial, informando que já foi lançado concurso para a continuidade da ciclovia de Frossos. Sobre os passeios, admite que não será possível assegurar a execução de todos, sendo sempre necessário investir mais. Referiu que nos últimos se verificaram investimento na requalificação da praça Fernando Pessoa, nos Novos Arruamentos, na Rua Padre Matos e na Rua Gonçalo Eriz, onde foi feito um excelente trabalho por parte dos técnicos da Câmara Municipal, existindo ainda uma parte por resolver na Rua Eugénio Ribeiro. Informou ainda que irá ser feita na Escola da Avenida uma requalificação por duas vias: por um lado, através de uma candidatura aprovada pelos Caminhos de Santiago, e por outro, através de uma parceria com a ADRA para proceder ao alcatroamento de parte do passeio, no sentido de ficar menos dispendioso para o Concelho. Relativamente à questão da poda e abate das árvores, discordou da existência de erros, entendendo que a autarquia está a proceder de forma adequada, clarificando que há um conjunto de árvores que vão ser substituídas porque as que existiam não eram as espécies mais adequadas e lembrando que o Município tem plantado mais árvores do que tem cortado. No que respeita ao espaço verde da cidade, referiu existir compromissos com todas as freguesias do Município e não apenas com a cidade de Albergaria-a-Velha, sublinhando que o Município tem aumentado as áreas verdes, como são exemplos o Parque de Valmaior, na Ribeira de Fráguas, o Estuval, em Albergaria-a-Velha e Valmaior e na Branca, com a compra de terrenos. Respondendo ao Membro Municipal Jesus Vidinha na questão levantada sobre a Quinta das Laranjeiras, em Alquerubim, esclareceu tratar-se de um projeto que já esteve em discussão com o Presidente de Junta e os técnicos da Câmara e que, sendo muito interessante, tem de ser amadurecido, mas a realizar neste mandato, tratando-se de um compromisso da Câmara com a freguesia de Alquerubim, tal como a construção do passeio de Calvães. Ainda relativamente a esta matéria, acrescentou que o espaço da Quinta das Laranjeiras é um projeto muito interessante, limpo, amigo do ambiente, e o mais natural possível. No que respeita à manutenção dos caminhos, referiu haver um elevado investimento na sua manutenção,

que representa despesa corrente, porque a partir do momento em que se deixa de utilizar os produtos químicos, esta manutenção torna-se uma necessidade muito mais frequente. Relativamente ao projeto dos Patrulheiros, disse ser muito interessante, encontrando-se dividido em três áreas: para além da área da mobilidade, este Município desenvolveu um projeto em parceria com as escolas para a utilização de bicicleta na deslocação para as escolas, que é pioneiro a nível nacional. Verificando-se que apenas 5% das crianças sabem andar de bicicleta, desenvolveu-se o Plano Operacional Pedalar, começando a envolver-se também os infantários, que foi uma opção tomada pelo executivo. Os Patrulheiros também têm feito registos, vigilâncias e campanhas de sinalização de ninhos de vespas asiáticas e de depósito de resíduos, entre outros. -----

Jesus Vidinha - PS – Informou não discordar da realização do Festival do Pão, entendendo apenas que a Câmara Municipal deverá apoiar os empresários no sentido de projetar os seus negócios. Referiu apoiar o projeto delineado para a Pateira de Frossos, mas a autarquia deverá ter uma coerência na sua política ambiental, não devendo esquecer as demais componentes ambientais, como os resíduos sólidos. A recolha de resíduos porta-a-porta, que nas atividades comerciais assume elevada importância, deve estender-se às demais freguesias do Município. Sugeriu ainda a plantação de árvores com copas no Município em face das alterações climáticas que se verificam e a colocação de bebedouros. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – "Sr. Presidente, nestes últimos cinco anos, e no seu segundo mandato, temos vindo a assistir a um aumento da degradação total dos serviços básicos da população, nomeadamente: Perda do acesso à saúde, com extensões de saúde com portas fechadas nas freguesias e sem rede de transportes públicos que permitam à população ir às extensões de saúde alternativos; Serviços dos CTT encerrados, má distribuição postal; Deficitária iluminação pública com muitas lâmpadas constantemente apagadas; Rede de telecomunicações/internet altamente deficitária; A completa deterioração de um número significativo de equipamentos municipais, designadamente os desportivos e os de lazer. Esta degradação dos equipamentos e serviços municipais abala toda a rede social e económica do concelho. Proliferação de vegetação quer nas bermas das estradas, quer nos passeios; Serviço inadequado de recolha dos resíduos recicláveis, aliás assiste-se ao caso caricato de estarmos a pagar a uma empresa para fazer esse serviço e o Município, como reconhece a sua incompetência de gestão deste dossier, vai também ele fazer essa recolha com o consequente aumento de custos para o erário municipal; Serviço inadequado de lavagem e desinfeção de contentores do lixo bem como da recolha do lixo urbano, aliás assiste-se ao caso caricato de estarmos a pagar o aluguer de carro de recolha de lixo a que temos de somar o custo dos funcionários municipais que vão fazer essa recolha alternativa, por Município, esta atuação é o reconhecimento da sua incompetência na gestão deste dossier; Ainda relativamente a este dossier do lixo temos que a atuação municipal é no mínimo curiosa, já que nesta assembleia reconhece que a empresa concessionária, a Luságua, faz muito mau serviço e que, eventualmente, irá diligenciar para que seja essa empresa a pagar o custo acrescido com o aluguer à empresa Ecoambiente do carro extra de recolha de lixo mas, Sr. Presidente, é nos detalhes que está o diabo. Assim Sr. Presidente algumas questões se tornam importantes esclarecer, nomeadamente: Atualmente o Município faz mais um circuito de recolha de lixo, feito por funcionários municipais, será que desde o início desta conceção seria necessário este novo circuito e o Sr., porque é o Sr. que representa o Município, não o inscreveu no caderno de encargos,

prejudicando desta forma a empresa concessionária? Sr. Presidente com esta solução em que o custo deste novo circuito, o aluguer deste novo carro, sem contar com os funcionários municipais e o gasóleo, custa ao Município cerca 15.272,23 € por mês contra o valor que paga à Luságua, por cada circuito e já com gasóleo e funcionários que é de 6.497,12 €, ou seja, paga menos de metade à Luságua por circuito que aquele que agora alugou. Sr. Presidente se juntar os custos do pessoal municipal e do gasóleo gasto, não tenho dúvidas que esse valor, que pagamos neste novo circuito, sobe para quase o triplo que pagamos à Luságua. Sr. Presidente para mim resulta claro que esta solução que adotou, para além de ser um autêntico desastre em termos de gestão também dá argumentos à empresa Luságua para se defender no mau serviço que presta ao município e, no limite, ainda lhe irá pedir uma indemnização. Concluindo afirmo que este dossier, por si gerido, tem sido uma autêntica trapalhada e que irá ter um grande custo ao município. Por fim, Sr. Presidente quer me esclareça: Qual o tipo de procedimento adotado pelo Município para o aluguer da viatura? Qual a fundamentação da necessidade da despesa/objeto do contrato?” Entregou um documento, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VII, Fls. 1). -----

Arménio Silva – CDS-PP – Iniciou a sua intervenção, louvando a atuação da associação *Bioliving* no âmbito da sua atuação no domínio ambiental no Município. Parabenizou o executivo pelo facto de Albergaria-a-Velha se encontrar mais agradável, bem como pelo projeto da Pateira de Frossos, fazendo votos para que o projeto da pista ciclável tenha a sua continuidade. Continuando, referiu que em São João de Loure não existe nenhum espaço digno de um parque, lançando esse repto ao executivo. Informou que a freguesia tem dois campos de futebol, com piso sintético, sendo que o campo de futebol da Quinta do Agro se encontra em mau estado, devendo repensar-se se poderá, ou não, dar-se continuidade aos dois equipamentos desportivos. Solicitou depois esclarecimentos relativamente ao projeto para a recuperação de pelo menos um dos lados do passeio da Ponte de São João de Loure, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de comprometeu a levar à próxima reunião da CIRA. Concluiu a sua intervenção dizendo que após a última Assembleia Municipal, circulou nas redes sociais que o CDS-PP chumbou a proposta do PSD para a realização de um parque verde, considerando tal atuação incorreta, porquanto o que foi chumbado foi a possibilidade de discussão daquela matéria, naquele momento. -----

Presidente da Câmara Municipal – No âmbito do Festival do Pão, referiu ter havido o cuidado de introduzir os produtos locais, designadamente o pastel de Albergaria e a regueifa da Branca, que tiveram tempo de antena na televisão. Sobre os resíduos urbanos, referiu que a solução encontrada não resolveu o problema até então existente, mas tenta minimizá-lo. Referiu estar em elaboração um novo caderno de encargos no âmbito dos resíduos sólidos urbanos, pretendendo-se resolver o problema o mais rapidamente possível. Recordou que o contrato da Luságua foi celebrado com outros dois Municípios, Vagos e Oliveira do Bairro, informando que esta empresa tem falhado com outros Municípios, sendo, a questão dos RU um problema que se verifica à escala nacional no âmbito destas empresas. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Referiu que os circuitos de recolha de RU são atualmente feitos de dia, pelo que há maior perceção do que efetivamente se passa. Recordou no passado ter alertado o Presidente da Câmara Municipal para ter cuidado quando dizia que iria baixar os custos com a recolha dos resíduos, porque as pequenas poupanças, por vezes, podem sair mais caras. Indicou que o

Presidente da Câmara Municipal poderia, por exemplo, ter adquirido dois carros de recolha através de *leasing* e cessar o contrato com a empresa. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação das atas das Sessões Extraordinárias realizadas em 27.03.2019 e 25.04.2019 e das atas da Sessão Ordinária de abril, realizada em 26.04.2019 e 30.04.2019; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que as atas iriam ser votadas de acordo com a sua ordem cronológica, recordando que, de acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo “não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. Solicitou inscrições relativamente ao ponto 1 da Ordem do Dia. Não havendo inscrições, colocou à votação as atas das Sessões Extraordinárias realizadas em 27.03.2019 e 25.04.2019 e das atas da Sessão Ordinária de abril, realizada em 26.04.2019 e 30.04.2019; -----

Votação: Colocadas a votação, de forma cronológica, as duas atas das duas Sessões Extraordinárias e as duas atas das reuniões da Sessão Ordinária de abril, foram aprovadas por unanimidade dos Membros Municipais presentes e com direito a votação: -----

a) ata da Sessão Extraordinária, realizada em 27.03.2019: aprovada por unanimidade, pelos vinte e três membros votantes. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais: Jorge Altino Pinho Melo e António Augusto Mendes Lemos, do CDS-PP e Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

b) ata da Sessão Extraordinária, realizada em 25.04.2019: aprovada por unanimidade, pelos vinte e três membros votantes. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais: Cristina Margarida Rodrigues Sequeira e Jorge Altino Pinho Melo, do CDS-PP e Filomena de Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

c) ata da primeira reunião da Sessão Ordinária, realizada em 26.04.2019: aprovada por unanimidade, pelos vinte e três membros votantes. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais, António Augusto Mendes Lemos e Jorge Altino Pinho Melo, do CDS-PP, Filomena de Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

d) ata da segunda reunião da Sessão Ordinária, realizada em 30.04.2019: aprovada por unanimidade, pelos vinte e um membros votantes. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Luís Serafim Batista da Siva, Pedro Jorge Rebelo Tavares, Jorge Altino Pinho Melo, do CDS-PP, Filomena de Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD e Jorge Manuel Lemos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 2. -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 2. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – "Gostaria, primeiramente, de assinalar junto da Assembleia Municipal que após sucessivos pedidos, a Informação da Atividade Municipal contempla, pela 1.^a vez, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Proteção Civil e Florestal. De facto, assumindo uma enorme preponderância junto da população, as atividades realizadas por este Gabinete, já que, e sobretudo, a atividade de proteção civil tem um carácter permanente com vista, entre outros, a proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando essas situações ocorram, revela-se no mínimo surpreendente que o Secretário do Sr. Presidente da Câmara Municipal assumia em simultâneo as funções de Coordenação do Gabinete de Proteção Civil e Florestal do Município sem que tenha havido um procedimento concursal para o efeito. Porém, o Sr. Presidente da Câmara Municipal poderá eventualmente alegar que na Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal, de 05 de junho de 2019, esta autorizou a abertura de um procedimento concursal para 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Engenharia Florestal), para o referido Gabinete. Dessa forma, pergunto-lhe claramente se a Proteção Civil Municipal não estará órfã dado que não se encontra devidamente assegurada por nenhum Recurso Humano com qualificações e competências para o efeito, dado que a habilitação exigida é tão somente Engenharia Florestal? Não deveria ser aceite pela Câmara Municipal outro tipo de habilitações? Será coincidência que o seu Secretário detenha uma licenciatura na área da Engenharia Florestal? Assim gostaria que esclarecesse esta Assembleia Municipal se o referido posto de trabalho é para ser ocupado pelo seu Secretário por tempo indeterminado? Consta da atividade do Gabinete de Proteção Civil e Florestal, a destruição de ninhos de vespa asiática. Dado tratar-se de um problema de "saúde pública", gostaria que esclarecesse esta Assembleia como funciona este serviço. O trabalho é realizado por este Gabinete ou existe uma prestação de serviços com uma entidade externa ao Município? Se sim quais os custos envolvidos? Se um Município tiver na sua propriedade um ninho destes basta alertar o Gabinete de Proteção Civil e Florestal? Qual o prazo médio que este Gabinete demora para destruir um ninho de vespa asiática? De igual modo, ao analisar as atividades desenvolvidas pela Divisão de Obras Municipais, Equipamentos e Vias (DOMEV), constata-se que longe vai o tempo que esta Divisão fervilhava de projetos e de empreitadas pelo que atualmente as "poucas atividades" refletem claramente a ausência de estratégia, planeamento a longo prazo e sobretudo desinvestimento em matéria de obras municipais. De facto, basta analisar os Documentos Previsionais para percebermos que apesar de lá constar uma quantidade significativa de obras, uma boa parte delas tem 0€ previstos para a sua execução, outra parte tem um valor absolutamente insignificante, não permitindo a realização das mesmas e, por fim, uma parte dessas obras apenas contempla uma verba para os anos de 2020 e seguintes. Não obstante, pergunto-lhe porque não consta da Informação da Atividade Municipal, o trabalho realizado pelo Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho? O trabalho realizado pelo Serviço de Sustentabilidade? Ao nível dos Equipamentos, qual o trabalho desenvolvido pela Divisão de Obras Municipais, Equipamentos e Vias? Sr. Presidente, analisando o quadro com a informação referente ao ponto de situação de cada uma das empreitadas, verifica-se que as empreitadas: Beneficiação e conservação de vias de comunicação na zona norte;

Beneficiação e conservação de vias de comunicação na zona sul; Inexplicavelmente estão atrasadas cerca de seis meses, note-se que o prazo de execução era de dois meses, ou seja, o atraso é três vezes superior ao prazo de execução e, a questão que lhe coloco é o que o município fez para que esta situação não se verificasse?" -----

Jesus Vidinha – PS – Questionou qual o objeto das candidaturas apresentadas pelas IPSS`s enunciado na página 5 da Informação Escrita. Disse entender que os apoios atribuídos ao associativismo e instituições concelhias deverão distinguir-se de acordo com a promoção de eventos ao nível da mobilidade sustentável, em linha com as políticas ambientais. Concluindo, questionou qual a área do território que será abrangida pelos projetos indicados na informação escrita, no âmbito da economia circular.-----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, esclarecendo o Membro Municipal Luís Oliveira que o funcionamento do Gabinete de Proteção Civil e Florestal de Albergaria-a-Velha é igual ao de Estarreja e de Sever do Vouga, sendo um técnico florestal quem coordena também a área da Proteção Civil. No que respeita à destruição dos ninhos de vespa asiática, esclareceu que o Município procedeu à contratação de serviços externos para o efeito. Informou o Membro Municipal Jesus Vidinha que, no âmbito dos apoios às IPSS`s foram apresentadas oito candidaturas pelas associações e, no que respeita à Economia Circular, a grande aposta começou no Mercado Municipal, pretendendo abranger-se outras iniciativas. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Solicitou esclarecimentos relativamente ao prazo médio de destruição de um ninho de vespas asiáticas. Sobre os demais Gabinetes de Proteção Civil e Florestal dos outros Municípios, referiu haver uma divergência de opinião entre si e o Presidente da Câmara Municipal. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Informou que em Anadia se realiza uma cerimónia anual de reconhecimento de mérito desportivo. Em face do número de votos de louvor já apresentados nesta Assembleia Municipal e da sinalização de atividades desportivas, disse entender ser interessante a autarquia ponderar a realização de uma cerimónia anual para felicitar todas as coletividades, treinadores e atletas que merecem esse reconhecimento. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que, no âmbito das comemorações do Dia do Município, são condecoradas instituições e atletas, de acordo com os critérios definidos. No que respeita aos ninhos das vespas asiáticas, esclareceu que o tempo de prestação do serviço depende de cada caso concreto e do método que se entenda ser o mais eficiente em cada um. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, deu início à apreciação do ponto 3. -----

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais - 2019 e 2020 e aprovação da deliberação em minuta, para efeitos da sua imediata excecutoriedade, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando que na página 8 da proposta apresentada constam o quadro referência e os pressupostos sobre a matéria em análise. Agradeceu aos Presidentes das Juntas de Freguesia pelo acordo celebrado, no seguimento do que está a ser feito

nos demais Municípios da CIRA. Informou ainda que, no geral, e ao nível dos vários ministérios, o processo de transferência de competências não está a correr bem, sendo exemplo desse facto a área da educação, referindo que tem havido uma marcada contestação, porque os dados não estão corretos. Informou que a Câmara Municipal assumiu apenas a competência do Património, verificando-se que a lista recebida se encontra errada. Concluiu ser difícil, humanamente, quer do ponto de vista da Administração Pública Central, quer do ponto de vista da Administração Local, efetivar a transferência de competências de uma só vez, porque não existe capacidade de resposta de ambos os lados. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 3. -----

Jesus Vidinha - PS – Usou da palavra referindo que a transferência de competências é um processo e que o Governo não terá conhecimento daquilo que existe em Albergaria-a-Velha, refletindo a falta de qualidade da informação do Estado, sublinhando a necessidade de um Estado forte e qualificado, com recursos humanos qualificados na sua estrutura. Referiu existirem quatro Municípios da CIRA que aceitaram as lojas do cidadão mas não aceitaram a transferência das competências. Disse esperar que em 2021 a Câmara Municipal esteja preparada para assumir as competências do Estado e que este tempo seja de preparação para a assunção das novas competências. Referiu ter ficado surpreso por as Juntas de Freguesia não aceitarem as competências a transferir para estes órgãos, em concordância com a Câmara Municipal, quando algumas delas já são por si executadas, lembrando que a lei determina que as transferências poderão ocorrer no todo ou em parte. Informou que, na opinião do Grupo Municipal do PS, a razão que justifica a não aceitação das competências pelas Juntas de Freguesia ficar-se-á a dever ao facto das transferências financeiras inerentes ao processo, porque há receitas que teriam de ser suprimidas às receitas da Câmara Municipal. -----

Filomena Jesus – PPD/PSD – Informou que o Grupo Municipal do PPD/PSD votará a favor da proposta do executivo, reforçando a posição da Câmara Municipal, enquanto não forem conhecidas as condições de transferência de competências. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, referindo que nem o Município nem as Juntas de Freguesia estão preparadas para assumir as competências que o Estado pretende transferir, existindo incongruências na lei que devem ser superadas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 3, informando que a proposta do Presidente da Câmara Municipal e a ata em minuta serão votadas separadamente. -----

Votação: Colocada a votação a proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais - 2019 e 2020, estando presentes vinte e seis Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, dos/as doze Membros Municipais do CDS-PP, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e dois votos contra, dos/as Membros Municipais do PS, aprovar, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta integral apresentada, a qual se dá aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais, incluídos os anexos, fazendo parte integrante (Anexo VIII – fls 16). Foi também deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, para efeitos da sua imediata

executoriedade nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como promover a comunicação da decisão do Município de Albergaria-a-Velha à Direção-Geral das Autarquias Locais e à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 4. -----

Ponto 4 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2018; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que as Contas Consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2018 integram duas empresas, sendo extinta a participação do Município na WRC e sendo valorizada a sua participação naquela entidade em € 9,43. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 4. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – "O Sr. Presidente, tem-se recusado, ano após ano, a atualizar os dados relativos ao património, ao arrepio do recomendado pelos diversos ROC's e das regras de boa gestão, pelo que as contas apresentam um vício de forma e que se reflete na desatualização do valor real do seu património e por consequência das correspondes amortizações e proveitos diferidos e, finalmente, nos resultados de exercício, que não refletem a realidade das contas municipais. Sr. Presidente, mesmo assim, os Resultados, ano após ano, são negativos e sempre a aumentar o seu valor negativo no Balanço; Sr. Presidente, as dívidas a terceiros – médio e longo prazo estão numa rota crescente e consequentemente o rácio de "Dívida de curto prazo / Fundos próprios" tem vindo a piorar de ano para ano; Sr. Presidente, as dívidas a terceiros – curto prazo estão, também, numa rota crescente e consequentemente o rácio de "Dívida de médio e longo prazo / Fundos próprios" tem vindo a piorar de ano para ano; Sr. Presidente, a dívida total do município, no período em apreço, 2016 a 2018, aumenta em 20% o seu valor. Sr. Presidente, o Índice de Liquidez Imediata do município, no período em apreço, 2016 a 2018, reduz-se de 215,2 % para 135,4 %, ou seja, uma redução de 79,8 % e, consequentemente verifica-se a redução de disponibilidades financeiras municipais para satisfazer as suas dívidas a curto prazo. Sr. Presidente, As contas refletem a grande dificuldade que o município de Albergaria-a-Velha, terá de satisfazer as suas dívidas a curto prazo e, apesar já destas dificuldades latentes a esta dívida ainda temos de somar dívida já autorizada, nomeadamente a dívida autorizada que transita de 2018, no valor aproximado de 221.000,00 €, a que teremos de somar a autorização, neste ano de 2019, o valor aproximado 1.400.000,00 €, ou seja um aumento suplementar de dívida de aproximadamente de 1.621.000,00€. Sr. Presidente, face a estes novos dados, a capacidade do município de satisfazer as suas dívidas e compromissos, num cenário previsível de subida futura da taxa de juros, se reduz substancialmente." -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que o rácio de despesa *versus* investimento foi, em 2018, 5% inferior ao apresentado pelo executivo do PSD, no que respeita à despesa. Entregou um documento, o qual fica anexo à presente ata, passando a fazer parte integrante da mesma (Anexo IX, fls. 1). No que diz respeito aos empréstimos, esclareceu que a liquidez do Município é atualmente de 135%. No que respeita à dívida total, no mandato do PSD em 2007 totalizou € 9.261.058,14,

totalizando, na gestão do CDS-PP € 5.000.000,00, pelo que é inferior. No que respeita aos empréstimos de médio e longo prazo, foram no valor de € 5.827.000,00 em 2013, sendo de € 4.373.000,00 em 31.12.2018. Concluiu a sua intervenção informando que no final de 2019, o Município terá menos dívida do que a existente aquando do início do 1.º mandato do CDS-PP, mesmo com o empréstimo de € 1.400.000,00. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, recordando que em 2012 o Presidente da Câmara Municipal era vereador, tendo também a sua quota de responsabilidade, destacando não ter sido dito o que se recebeu em 2002 e as obras que foram efetuadas anteriormente. No atual mandato verifica-se um aumento de dívida sem correspondência com realização de obras. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Referiu que todos os Presidentes de Câmara Municipal vão realizar obras, mais ou menos boas, outros foram julgados pelas suas opções, não entendendo ser correto apresentarem-se jogos demagógicos, deturpando a realidade das coisas. O executivo do PSD deixou a autarquia de boa saúde financeira, refletindo-se positivamente na redução da dívida. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que o CDS-PP também contraiu empréstimo para fazer obras. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Referiu que a sua intervenção foi de acordo com os dados presentes no relatório do Revisor Oficial de Contas. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que a sua intervenção teve em conta os dados em apreciação. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Interveio, referindo que se aumentam os compromissos, há maior dificuldade de resposta, devido ao aumento da taxa de juro. -----

Luís Silva – CDS-PP – Usou da palavra, informando que todos os Presidentes de Câmara Municipal realizaram obras, tendo o atual Presidente de Câmara Municipal realizado obras arriscadas, como foi o caso dos Novos Arruamentos, onde se gastou muito dinheiro mas os resultados são muito positivos. Referiu que o atual executivo tem sido acusado do aumento de despesa corrente, mas tal se deve aos investimentos anteriormente realizados. As contas do Município são boas, votando, por isso, favoravelmente o ponto 4. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 4. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e seis Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos/as doze Membros Municipais do CDS-PP e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca e Ribeira de Fráguas, e nove abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, dos dois Membros Municipais do PS e do Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, aprovar, nos termos do disposto da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha, relativos ao exercício de 2018. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Apresentou uma declaração de voto do Grupo Municipal do CDS-PP que foi lida, apresentando os gráficos a ela associados, a qual se anexa à presente ata, passando a fazer parte integrante da mesma (Anexo X, fls. 12). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 5. -----

Ponto 5 – Apreciação e votação do reconhecimento de interesse da intervenção, valorização e dinamização da Pateira de Frossos para o turismo sustentável – Apresentação de Candidatura ao Aviso de Abertura n.º 002/AVEIRONORTE/10216/2019 – Renovação de Aldeias; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando ser necessário obter o reconhecimento do interesse da Assembleia Municipal relativo ao presente projeto para realizar o investimento. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto. -----

Ludovina Silva – PS – Referiu que a declaração emitida pela Assembleia Municipal será imprescindível para apresentação da candidatura. Todavia, tendo o prazo de candidatura terminado no passado dia 14 de junho, fica em dúvida relativamente à importância desta apreciação. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, esclarecendo que o prazo de candidatura foi dilatado tal como foi aumentado o montante associado à candidatura. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra, congratulando-se com este projeto, que espera seja executado. Em face do aumento do valor do orçamento, referiu que o projeto deveria ser partilhado com a Junta de Freguesia daquele território, porque existem áreas com constrangimentos, em São João de Loure, Loure e Frossos, no que respeita ao escoamento de águas, devendo ser previsto, neste projeto, uma solução perante algumas obras menos bem conseguidas no passado, que vieram perturbar o normal circuito das águas. Questionou se está incluído neste projeto a proposta anteriormente apresentada em sede de orçamento participativo, ou se é um projeto complementar. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Felicitou o executivo pela iniciativa e por se tratar de um desafio muito grande na intervenção da Pateira de Frossos. Indicou que o valor parece-lhe insuficiente para o desejável. Questionou se o projeto e estratégia estão coadunados com o ICNF, dado tratar-se de uma zona de caça. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 5. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e seis Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, reconhecer o interesse da intervenção, valorização e dinamização da Pateira de Frossos para o turismo sustentável – Apresentação de Candidatura ao Aviso de Abertura n.º 002/AVEIRONORTE/10216/2019 – Renovação de Aldeias. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 6. -----

Ponto 6 – Apreciação e votação da autorização prévia da Assembleia Municipal para celebração de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso): Aquisição de Energia em Média Tensão, Baixa Tensão Especial, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Normal – IP, gás

natural, Prestação de serviços de limpeza em várias instalações e Fornecimento de refeições escolares para os alunos do Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 6. Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação este ponto. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e seis Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, dos/as doze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos e seis abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a celebração de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso): Aquisição de Energia em Média Tensão, Baixa Tensão Especial, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Normal – IP, gás natural, Prestação de serviços de limpeza em várias instalações e Fornecimento de refeições escolares para os alunos do Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 7. -----

Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta de realização da Sessão Ordinária de setembro de 2019 na Freguesia de Angeja; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 7. Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação este ponto. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e seis Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de realização da Sessão Ordinária de setembro de 2019 na Freguesia de Angeja; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 8. -----

Ponto 8 – Apreciação da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 8. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, referindo ter havido uma adjudicação, por ajuste direto, com a empresa Logdomus, para aluguer de quiosques para o Pai Natal, sendo que em 2018 o aluguer de 7

quiosques teve um custo de € 3.150,00 e em 2019 o custo aumentou para €4.650,00, questionando as razões que fundamentam um aumento de, aproximadamente, 41%. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar em causa uma tipologia de quiosques diferente do que é habitual, que poderá confirmar-se na respetiva época natalícia. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Interveio, referindo ser, na sua opinião, uma má opção e mau princípio político proceder ao ajuste direto para contratar pessoas singulares para o desempenho de funções nos equipamentos e na atividade corrente do Município, lamentando esta atuação. -----

Vereador Delfim Bismarck – Esclareceu que a autarquia tem apenas um contrato de prestação de serviços, com um jurista. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Enunciou existir uma pessoa a prestar serviços de apoio na Biblioteca Municipal. -----

Vereador Delfim Bismarck – Esclareceu que o serviço em causa foi adjudicado a uma empresa, sendo esta quem procede à contratação dos recursos humanos necessários, para suprir as necessidades do Município uma vez que há funcionárias de licença de parto e por doença. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Questionou quantas pessoas prestam serviços pela empresa contratada no âmbito do serviço veterinário. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando poderem prestar o serviço um ou dois médicos veterinários. Recordou que no mandato do PSD também eram contratadas empresas para prestar os serviços de apoio necessários na área do desporto. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Esclareceu ter conhecimento que são as empresas contratadas que selecionam os recursos humanos, verificando-se que apenas no âmbito da prestação de serviços jurídicos à autarquia é que esta opção não acontece. Disse entender que a solução do recurso a empresas de prestação de serviços não faz sentido, devendo a autarquia proceder a abertura de procedimentos concursais para fazer face à lacuna de recursos humanos. -----

Vereador Delfim Bismarck – Esclareceu que quando não existem funcionários com a formação necessária para colmatar esta falha, recorre-se à adjudicação de serviços de empresas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições para intervir, deu início à apreciação do ponto 9. -----

Ponto 9 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata excecutoriedade, dos pontos 4 a 7 do Edital n.º 31/17-21, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 9. -----

Votação: Estando presentes os vinte e seis Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos da sua imediata excecutoriedade, os pontos 4 a 7 do Edital n.º 31/17-21, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

F – 2º Período da Intervenção aberta ao Público. -----
Não houve intervenções do público a registar. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram 23:50 horas. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na Sessão de junho da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número três, do artigo trigésimo primeiro, do Regimento e vai ser assinada por mim, Mário Rui de Almeida Branco, Presidente da Assembleia Municipal, e por mim, Maria Leonor Cozinha Rodrigues Fonseca, Técnica Superior, que a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Técnica Superior _____